

12. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA ATRAVÉS DO CENTRO DE ESTUDOS E SONDAGENS DE OPINIÃO (CESOP):

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, protocolo para regulamentação da relação de cooperação entre o Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP), na qualidade de promotor de um projeto de investigação, que tem como objetivo a criação de um observatório do conhecimento, a celebrar entre a Universidade Católica Portuguesa – Centro de Estudos e Sondagens de Opinião e a Câmara Municipal de Braga.

PROTOCOLO

PREÂMBULO

No contexto dos processos de globalização, vários desafios têm sido colocados às pessoas e às instituições, nomeadamente quanto à necessidade de definir novos modelos de desenvolvimento global para a humanidade. A evolução recente tem mostrado que, mais do que uma discussão em torno da ideia de desenvolvimento sustentável, neste momento, é a questão prática de fazer acontecer a transição para a sustentabilidade que está na ordem do dia.

Considerando que é comumente aceite que os contributos dos cidadãos são fundamentais para a definição e hierarquização das necessidades das comunidades bem como para a eficiente implementação das suas decisões, e que o aproveitamento desses contributos permite às autarquias trabalhar de forma mais eficiente e objetiva, poupando recursos ao Estado, entendendo-se como oportuno e útil para as autarquias aprofundar e desenvolver estudos na área da participação e da sustentabilidade;

Considerando que o CATÓLICA-CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa) reúne as competências e as condições necessárias para desenvolver processos de auscultação dos cidadãos, não só porque é detentor de mecanismos devidamente experimentados na recolha de opinião das pessoas, como defensor da exigência e rigor nos procedimentos metodológicos utilizados, e reconhecido pela qualidade dos dados produzidos e dos resultados obtidos, e pela isenção na produção de conhecimento numa experiência capitalizada ao longo de 25 anos a criar conhecimento no campo das realidades políticas, sociais e culturais da sociedade portuguesa, entendem-se assim ter este conhecimento e a vontade para levar a cabo esses estudos;

Estabelece-se entre a Universidade Católica Portuguesa através do **Centro de Estudos e Sondagens de Opinião (CESOP)**, com sede na Palma de Cima, 1649-023 Lisboa e representada pela Reitora, Professora Doutora Maria da Glória Garcia e a **Câmara Municipal de**, com sede em ..., representada pelo Presidente adiante designados, respetivamente, por CESOP e por AUTARQUIA., estipular o presente protocolo de cooperação.

I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1ª

(Objeto e âmbito)

Constitui objeto do presente protocolo a regulamentação da relação de cooperação entre o CESOP, na qualidade de promotor de um projeto de investigação que tem como objetivo a criação de um observatório do conhecimento, envolvimento e participação dos cidadãos nas medidas de sustentabilidade (ODS 2030) de acordo com os objetivos definidos na Clausula 2ª, e a AUTARQUIA, na qualidade de aderente ao grupo piloto de suporte e experimentação do referido projeto. Numa primeira fase, em contexto piloto, esta AUTARQUIA é selecionada como parte integrante de um conjunto de autarquias representativas das várias realidades locais, quer em termos de dimensão quer em termos de localização.

Numa segunda fase, o projeto será aberto a todas as autarquias que entendam aderir a ele, quer no continente, quer nas regiões autónomas dos Açores e da Madeira.

Cláusula 2ª

(objetivos)

No âmbito deste protocolo, o CESOP cria uma unidade de investigação designada por CESOP-Local. É objetivo desta unidade aferir a satisfação e a qualidade de vida em territórios administrativos, com base em critérios representativos do ponto de vista do cidadão nos seus vários papéis (residentes, empresários, turistas...). São referência

central para este projeto os 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, constantes na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada na cimeira da Organização das Nações Unidas (ONU), em Nova Iorque, e em vigor desde 1 de janeiro de 2016. São objetivos específicos:

- a) A criação de um observatório do conhecimento, envolvimento e participação das pessoas nas medidas de transição para a sustentabilidade (ODS2030), implementadas no terreno pelos Governos Locais;
- b) A construção de um índice de sustentabilidade baseado em métricas objetivas do cumprimento das metas que concretizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Este é um índice para o qual contribuem as dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento, assim como as dimensões transversais de igualdade de género e governança;
- c) A construção de um segundo índice, baseado nas opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos, composto pelas mesmas dimensões do anterior: económica, social e ambiental do desenvolvimento, atravessadas pelas dimensões de igualdade de género e cidadania;
- d) O desenvolvimento de uma plataforma digital, promotora da interatividade entre os diversos *stakeholders* (Líderes, Cidadãos e Investigadores) e de um *benchmarking* imparcial que permita aos Decisores políticos, Residentes, Visitantes e Investidores, compararem de forma fiável a satisfação e qualidade de vida em territórios administrativos tendo como referência os parâmetros estabelecidos pela Agenda 2030 (social, económico e ambiental);
- e) A formação de um grupo piloto de autarquias para iniciar o desenvolvimento deste projeto. Com este piloto pretende o CESOP constituir um grupo de trabalho no qual a sua competência técnica é complementada com os contributos de unidades representativas das necessidades do todo nacional permitindo, deste modo, em contexto controlado, desenvolver e testar a

infraestrutura que será disponibilizada para todos na segunda fase do projeto;

- f) A criação de um Sistema de Monitorização Territorial (SMT), de funcionamento em rede (serviço partilhado), onde cada comunidade possa aferir os seus resultados e compará-los com outros e com a média nacional/local de comunidades aderentes (rede nacional de observatórios locais).

Cláusula 3ª

(Período de vigência do Contrato - Alterações)

O protocolo entra em vigor imediatamente após a sua assinatura e tem a duração de dois anos com renovações automáticas por períodos de 1 ano, podendo ser denunciado por qualquer das partes, com notificação mínima de 120 dias, não podendo, no entanto, comprometer ações em curso, salvo se de comum acordo.

II. OBRIGAÇÕES E DIREITOS DAS PARTES

Cláusula 4ª

(Obrigações e direitos das partes)

1. É da responsabilidade do CESOP:

- a) Criar uma equipa de investigação constituída por pessoas qualificadas para os propósitos enunciados na cláusula 2ª;
- b) Criar um conselho de ética com a missão de acompanhar a evolução do projeto, avaliar o desempenho e os resultados, bem como, apresentar propostas corretivas, tendo em linha de conta os propósitos deste projeto.

- I. O Conselho de Ética é um órgão de caráter consultivo, constituído por personalidades de reconhecido mérito na área do desenvolvimento local, nomeadamente representantes de entidades públicas com compromissos relacionais diretos com a administração autárquica (e.g. DGAL, APA, ANMP, ANAFRE).
 - II. É expectável que o Conselho de Ética possa motivar as autarquias e mobilizar autarcas, no âmbito de uma agenda local pela sustentabilidade.
 - III. Compete ao CESOP convidar as personalidades a integrar a Comissão de Ética.
 - IV. O Conselho de Ética, presidido pelo CESOP, reunirá pelo menos uma vez por ano.
- c) Criar um grupo de trabalho que integre representantes de cada AUTARQUIA do grupo piloto;
 - d) Procurar meios complementares de financiamento pelo concurso a fundos de investigação;
 - e) Organizar anualmente um seminário de apresentação do progresso da investigação;
 - f) Assegurar um grupo de *media partners* para a divulgação regular do projeto;
 - g) Promover o envolvimento de entidades e / ou investigadores internacionais antecipando ligações que sustentem uma pareceria de investigação que possa vir a apresentar uma candidatura ao Horizonte2020;
 - h) Manter informados os membros do grupo piloto do trabalho realizado;
 - i) Fazer uma planificação anual do desenvolvimento do projeto que apresentará aos parceiros do Piloto depois de auscultado o Conselho de Ética.

- j) Executar os trabalhos definidos pelo grupo de trabalho, nomeadamente os definidos na cláusula 5ª do presente protocolo.

2. É da responsabilidade da AUTARQUIA:

- a) Nomear representantes para o grupo de trabalho;
- b) Criar condições de implantação das iniciativas desenvolvidas;
- c) Pagar a sua contribuição financeira de acordo com a cláusula 7ª.

3. São direitos da AUTARQUIA:

- a) Ter representação no grupo de trabalho;
- b) Ter acesso a toda a informação relacionada com o andamento dos trabalhos;
- c) Apresentar propostas corretivas melhorativas, tendo em linha de conta os propósitos deste projeto;
- d) Ser membro fundador e promotor de um processo líder na investigação sobre participação e sustentabilidade nos Territórios;
- e) Ter o seu nome associado como Parceiro Principal em todas as comunicações relacionadas com o projeto;
- f) Ter na Página do projeto o destaque de fundador com breve historial e *link* para o site da AUTARQUIA;
- g) Dinamizar ações locais de sensibilização com base nos propósitos do projeto;
- h) Acesso aos resultados do trabalho de investigação-ação, referentes ao seu território administrativo, através da plataforma digital;
- i) Acesso a resultados globais do projeto, através da plataforma digital;
- j) Acesso a resultados, para efeitos de comparação, de outras autarquias por si indicadas de entre as autarquias aderentes, através da plataforma digital;
- k) Acesso, através da plataforma digital, a experiências relevantes, no âmbito das dinâmicas sociais, implementadas em territórios administrativos;

- l) Ter 30% de desconto em todas as ações de formação que vierem a ser promovidas pelo CESOP no âmbito desta atividade;
- m) Participar no grupo fundador da adaptação da CAF à realidade das autarquias;
- n) Ter 50% de desconto consultoria para a primeira implementação da CAF;

Cláusula 5ª

(Regime de Execução dos Trabalhos)

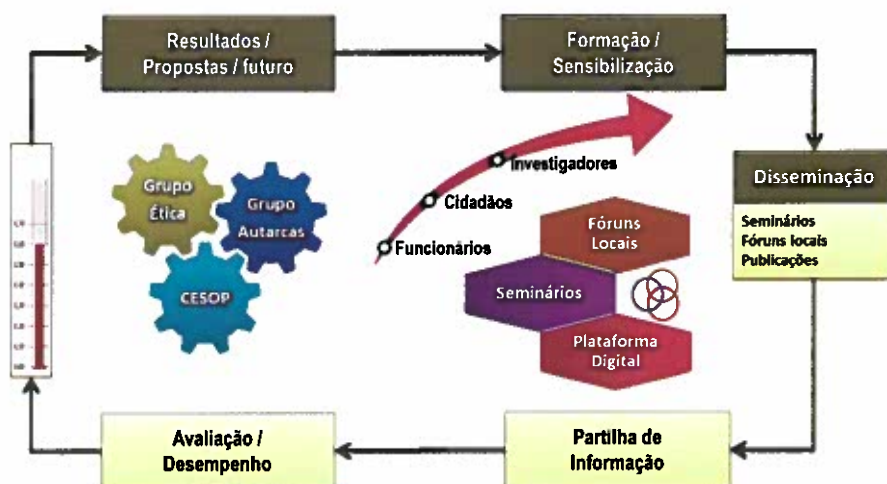
As ações de colaboração a desenvolver vão incidir sobre todos os domínios julgados úteis e relevantes para o projeto, designadamente:

- a) **Desenvolver uma plataforma digital**, com o objetivo de promover a interatividade entre os diversos *stakeholders* (Líderes, Cidadãos e Investigadores). Ao mesmo tempo, esta ferramenta visa proporcionar um *benchmarking* imparcial que permita aos Decisores políticos, Residentes, Visitantes e Investidores, compararem de forma fiável a satisfação e qualidade de vida em territórios administrativos, na ótica do cidadão, tendo como referência os parâmetros estabelecidos pela Agenda 2030 (social, económico e ambiental). Desta forma, esta plataforma permite capitalizar conhecimento, reputação e acrescentar valor às decisões e orientações estratégicas dos Governos Locais. Esta plataforma potencia ainda um processo de comunicação dinâmico e consistente entre, e com, as partes interessadas do projeto (líderes do setor público e do setor privado, cidadãos e investigadores), assente numa postura de avaliação do que existe, de promoção de boas-práticas e de facilitadores da aproximação desses *stakeholders*. Na perspetiva de promover a transferência de conhecimento, dar-se-á enfoque à conciliação dos interesses comuns, definindo como ‘comum’ o desenvolvimento local sustentável (social, económico, ambiental) que tem como referência central o ODS 2030. Assim, tendo em linha de conta os 17 objetivos do ODS 2030, com base em critérios representativos do ponto de vista do cidadão nos seus vários papéis (residentes, empresários, turistas,...), será possível determinar o

impacto na sociedade, das medidas de transição para a sustentabilidade implementadas pelas autarquias;

b) **Assumir a coordenação geral e científica do projeto.** Neste âmbito, destaca-se a construção de indicadores, a criação de métricas e a auscultação de autarcas, cidadãos e organizações da sociedade civil. A competência técnica do CESOP, complementada com os contributos das AUTARQUIAS presentes no grupo de trabalho, permitirá desenvolver e testar em contexto controlado a infraestrutura resultante da fase piloto e, numa segunda fase do projeto, generalizável a todas as autarquias do território nacional, implementar, manter e acompanhar, garantindo assim a continuidade ao projeto.

c) **Adotar um modelo de implementação com metodologia Investigação-ação.** Este é um projeto de investigação aplicada que tem os territórios administrativos como laboratório de estudo e implementação de mudanças. Do terreno para a mesa de trabalho e da mesa de trabalho para a formação, divulgação e consequente ação política concreta no terreno.



d) **Fontes de informação complementares.** Dois eixos centrais definem o projeto quanto às fontes de informação que alimentam a investigação.

- I. **Informação estatística disponível que permita aferir o cumprimento dos objetivos da Agenda 2030.** Com base na informação recolhida pela autarquia e disponibilizada ao INE, o CESOP propõe-se construir um índice

de sustentabilidade que permita avaliar o cumprimento das metas que concretizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Este é um índice compósito sustentado nas dimensões económica, social e ambiental do desenvolvimento, assim como as dimensões transversais de igualdade de género e governança.

- II. **Informação recolhida através de auscultação à população.** A parceria poderá ainda proporcionar a construção de um segundo índice, baseado nas opiniões dos cidadãos, composto pelas mesmas dimensões do anterior. O CESOP garantirá a produção do questionário, a amostragem, a formação de inquiridores e a produção de relatórios de estatísticas univariadas, ficando a cargo da AUTARQUIA a contratação ou disponibilização de inquiridores. Relatórios interpretativos com análise bivariada ou multivariada serão objeto de adendas a este protocolo.

e) **Apoio na implementação da CAF Autarquias.** Para a implementação do processo da CAF (Estrutura Comum de Avaliação) em cada uma das autarquias subscritoras do presente protocolo, o CESOP garante a execução das seguintes tarefas:

- I. Apoio na definição de estratégia do projeto de autoavaliação (âmbito, finalidades e plano de comunicação);
- II. Apoio na definição de indicadores que permitam fazer a autoavaliação;
- III. Construção de questionários, tratamento estatístico e interpretativo dos mesmos;
- IV. Elaboração do relatório de diagnóstico organizacional (por entidade) estatístico e interpretativo;
- V. Elaboração do Plano de Ações de Melhoria (por entidade).

f) **Organização de *Workshops* de formação.** A utilização da plataforma, a atualização do potencial gerado pelas ferramentas e metodologias de recolha de informação desenvolvidas pelo CESOP e as estratégias de desenvolvimento

local com vista ao cumprimento dos objetivos 2030 são temas de seminários e sessões de trabalho que o CESOP promoverá com regularidade mínima de 6 meses. Embora o CESOP assuma a responsabilidade pela organização destes eventos, todas as AUTARQUIAS do grupo fundador poderão participar, seja na qualidade de organizadores, formadores ou formandos.

Cláusula 6ª

(Modelo de gestão)

O projeto tem sede na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa e é gerido pela Direção do CESOP. O CESOP cria uma unidade de projeto constituída por técnicos da área da Estatística, Psicologia Social, Gestão Autárquica que, sempre que necessário, será coadjuvada por especialistas da área da Matemática Aplicada e da Sociologia.

Será constituído um grupo de trabalho que integrará a unidade de projeto do CESOP e um representante de cada AUTARQUIA participante no grupo piloto. Será o grupo de trabalho que apresenta à direção do CESOP uma proposta de plano anual de atividades e orçamento. A direção do CESOP analisa e submete a parecer da Comissão de Ética. Na sequência deste processo é aprovado o plano de atividade e de orçamento. O grupo de trabalho dará início às atividades de acordo com o plano estabelecido.

De acordo com o plano de atividades serão criados grupos mais pequenos que se ocuparão de tarefas específicas que serão integradas para apresentação pública de (sob proposta – rotativa – de uma das autarquias aderentes) resultados numa base trimestral.

Mensalmente o grupo de trabalho publica um boletim para o acompanhamento do processo de investigação por parte das autarquias fundadoras. No final do ano será organizado um seminário de apresentação de resultados com convidados estrangeiros que farão parte integrante do *board* internacional que acompanha o desenvolvimento da investigação e que estabelece o paralelo com o que se vai fazendo em termo de investigação congénere nos países da união.

Cláusula 7ª

(Pagamentos)

Participação financeira através do pagamento de uma quota mensal. Esta participação é fundamental para o desenvolvimento do projecto, obrigatória e seu montante é de 410,00.

III. DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 8ª

(Denúncia do Contrato)

1. O presente contrato pode ser denunciado nas seguintes condições:
 - a) por mútuo acordo, sob forma escrita, em qualquer momento da execução do contrato;
 - b) por declaração unilateral de qualquer uma das partes, sob forma escrita, desde que com fundamento em não cumprimento pela outra parte de qualquer das obrigações que lhes cabem nos termos das cláusulas anteriores;
 - c) por declaração unilateral de qualquer uma das partes, sob forma escrita, desde que com fundamento em caso fortuito ou de força maior ou em outro tipo de alteração anormal das circunstâncias que tornem objetivamente impossível a uma das partes o cumprimento que lhe cabe das suas obrigações contratuais.
2. Pode, ainda, haver lugar a denúncia do contrato nos casos em que forem modificados os “Termos de Referência” da intervenção do CESOP, desde que tais modificações impliquem redefinição dos postos de trabalho inicialmente admitidos e, bem assim, sempre que a AUTARQUIA revele, face à apreciação do CESOP, incapacidade técnica para realizar, adequadamente, as suas funções ou inadaptação às condições de trabalho existentes.
3. A denúncia só poderá ter lugar após a parte informar a outra, com antecedência mínima de 30 dias, das razões que fundamentarão a denúncia (e caso não venha a dar-se, nesses prazos, a satisfação das pretensões da primeira).

Cláusula 9ª
(Casos Duvidosos e Omissos)

1. Os casos duvidosos serão resolvidos por acordo das partes segundo o princípio do equilíbrio de interesses.
2. Os casos omissos serão resolvidos segundo ditames de boa fé e de harmonia com o que as partes teriam acordado se os houvessem previsto em cláusula especial.

Cláusula 10ª
(Lei aplicável - Foro competente)

1. O presente contrato rege-se pela lei portuguesa.
2. Para os litígios que não tenham podido ser resolvidos nos termos das cláusulas 8ª e 9ª anteriores, ou por compromisso acordado, as partes fixam o foro competente da Comarca de Lisboa, Portugal.

... de..... de 2016,

Universidade Católica Portuguesa / CESOP

Município



CATOLICA

CESOP • CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO

João Santos Miguel
16/11/2016
[Signature]

Territórios Autarquias SUSTENTÁVEIS



Universidade Católica Portuguesa

CESOP
LOCAL




OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

O grande propósito deste projeto é vincular a academia, os cidadãos, as organizações da sociedade civil e as autarquias a uma **cultura de cidadania, de participação ativa e de responsabilidade partilhada.**

Rede de autarquias-piloto

Laboratório-vivo das dinâmicas sociais

Lisboa, junho. 2016



CATOLICA
CESOP • CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO

25 anos a estudar, compreender e explicar as
atitudes e comportamentos dos portugueses

A CATÓLICA-CESOP (Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica Portuguesa) reúne as competências e as condições necessárias para desenvolver o trabalho de investigação em conjunto com os atores locais, para conceber e desenvolver ferramentas de monitorização das dinâmicas sociais.



O QUE UNE OS PORTUGUESES

É mais conhecida pelas suas sondagens políticas – “as que acertam sempre”, como costuma dizer o pivô da RTP.



Jornal 18 Mar 2014 FOTOGALERIA

// Portugal

Apesar da crise, oito em cada dez portugueses dizem ter orgulho em Portugal

Por Rosa Ramos
publicado em 18 Mar 2014 - 05:00

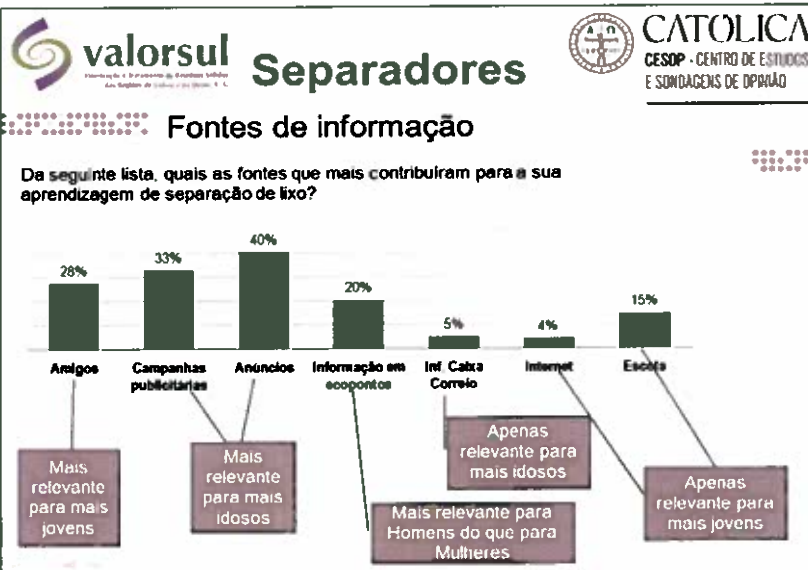
A CATÓLICA-CESOP estende a sua atividade a muitas áreas de análise a nível local, regional e nacional. Do seu histórico contam, entre outros, o desenvolvimento de estudos sobre crise económica, imigração e pobreza, assim como estudos sobre o que une os portugueses, ou sobre as potencialidades do país ou, ainda, sobre o sentimento de identidade portuguesa e europeia.

Com aplicação prática ao nível autárquico e regional a CATÓLICA-CESOP tem trabalhado com várias entidades públicas e privadas, por exemplo, estudámos dados de vitimação, sentimentos de insegurança e comportamentos de risco dos cidadãos, bem como, sobre separação e reciclagem de lixo urbano.

ANTENA 1
LIGA PORTUGAL

Fome e carências alimentares subsistem em Portugal

Miguel Soares – Antena 1 | 25 Mar 2015



**OBSERVATÓRIO
SEGURANÇA**





CATÓLICA
CESOP • CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO

Com base na experiência e interesse pelo tema a CATÓLICA-CESOP considerou oportuno criar uma unidade de investigação, dedicada às dinâmicas sociais.

A fraca participação das pessoas na vida ativa das comunidades e a implementação no terreno de medidas de transição para a sustentabilidade são razões que consideramos oportunas e úteis para aprofundar e desenvolver estudos na área da participação e da sustentabilidade em territórios administrativos.

Este projeto de investigação apresenta dois grandes propósitos:

- (1) Criar um sistema de avaliação de Territórios Administrativos, com enfoque no conhecimento, envolvimento e participação das pessoas nas medidas de sustentabilidade implementadas no terreno;
- (2) Criar um sistema de avaliação para Autarquias que, envolvendo as suas partes interessadas permita, por um lado, elaborar uma análise holística ao seu desempenho e, por outro lado, antecipar estratégias e definir prioridades convergentes com a comunidade que representa.

"Importa dar atenção aos direitos e deveres de cidadania e à responsabilidade social perante um Estado de direito centrado nos interesses e valores comuns e na dignidade da pessoa humana."

*Maria da Glória Garcia
*Reitora Universidade Católica Portuguesa

Perspetiva-se, como este projeto, aumentar e diversificar o envolvimento e corresponsabilização das pessoas na vida ativa das suas comunidades, aliando o papel da autarquia, enquanto motor de desenvolvimento dos territórios e o do CESOP-Local, enquanto laboratório-vivo das dinâmicas sociais.



CESOP
LOCAL

Laboratório-vivo das dinâmicas sociais



Territórios Administrativos

No contexto dos processos da globalização, vários desafios têm sido colocados às pessoas e às instituições, nomeadamente quanto à necessidade de definir novos modelos de desenvolvimento global para a humanidade.

Questões como a pobreza, saúde, educação, emprego, habitação e bem-estar para todos, estão intimamente ligadas às preocupações com os recursos mundiais de que todos os seres vivos necessitam para sobreviver (a atmosfera, a água e a biodiversidade), aos recursos nacionais pertencentes a todos (Rios, lagos, florestas...) e aos recursos compartilhados que uma comunidade constrói e mantém (Gimnodesportivos, bibliotecas e parques públicos...).

sobre estas questões, bem como, sobre a problemática interatividade com os cidadãos que o papel da autarquia ganha relevância, particularmente devido à sua relação de proximidade com as pessoas e ao facto de, pela sua legitimidade, se constituir como um agente fundamental na mudança para novos paradigmas de desenvolvimento.



SUSTENTABILIDADE

PARTICIPAÇÃO

Conhecer para estruturar e acrescentar valor

IDENTIFICAR
Necessidades locais

Identificar, na ótica do cidadão, as necessidades sociais, económicas e ambientais;

AVALIAR
Cumprimento de objetivos

Avaliar o cumprimento dos objetivos e respetivas metas propostos na Agenda 2030;

ANTECIPAR
Tendências (Suporte estratégico)

Antecipar tendências, aproveitando as informações, ideias e recursos das empresas e cidadãos que permitam formular as melhores estratégias de desenvolvimento local sustentável.



CATOLICA
CESOP - CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO

Como ponto de partida, o CESOP-Local promoveu, em março último, um estudo de opinião no território que envolve a Área Metropolitana de Lisboa e as Regiões Oeste e Lezíria do Tejo

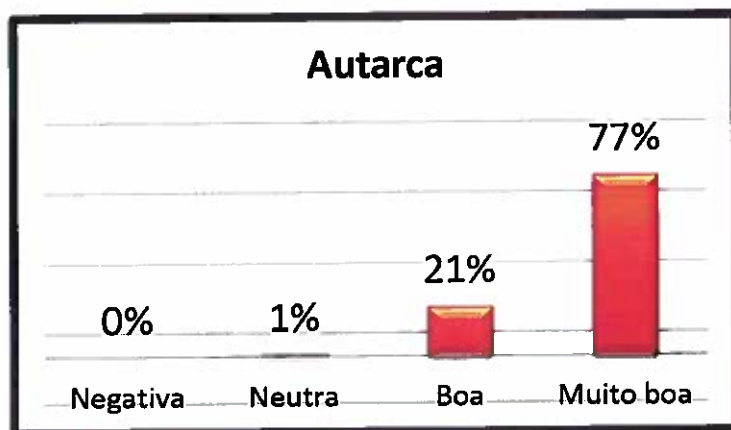


Deste estudo, sobre a informação, participação e relacionamento entre autarquia e cidadão, destacamos o contraste entre as duas perspetivas (cidadão e autarca) sobre a imagem da autarquia:

- A imagem da autarquia junto dos cidadãos é maioritariamente positiva (>70%).
- As respostas dadas pelos autarcas estão em linha com as dos cidadãos, mas valorizam muito mais os pontos positivos da escala de resposta.

O estudo revelou ainda outros dados de interessante contraste:

- ¾ dos cidadãos dizem estar pouco ou nada informados sobre a atividade da autarquia;
- Enquanto os autarcas tendem a considerar que a informação chega a todos os interessados.



Para além do estudo e de entrevistas, organizámos um encontro-debate, reunindo autarcas, deputados integrantes da Comissão do Poder Local da Assembleia da República, investigadores e cidadãos, numa abordagem sobre a participação das pessoas na "coisa pública".



"O nível autárquico é o que está mais próximo do cidadão. Isto é frequentemente aludido para valorizar o poder local (e ainda bem que assim é), mas depois não há uma correspondência real".

Pedro Soares – Deputado à Assembleia da República



"A participação é a consagração de um direito da população mas é, também, um precioso instrumento de gestão."

Bernardino Soares – Presidente da Câmara Municipal de Loures



"Hoje nós temos que fazer escolhas. Hoje só temos dinheiro para uma e só podemos fazer uma e temos que pagar essa uma."

Ricardo Gonçalves – Presidente da Câmara Municipal de Santarém



"A partir do momento em que as pessoas forem despertas para a necessidade de participar por antecipação, aí as pessoas serão agentes da própria transformação do território."

Maria da Luz Rosinha – Deputada à Assembleia da República



"Os eleitores possam perceber que ao votar estão, também, a participar no modelo de gestão da sua terra... do seu bairro".

Carlos Bernardes – Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras

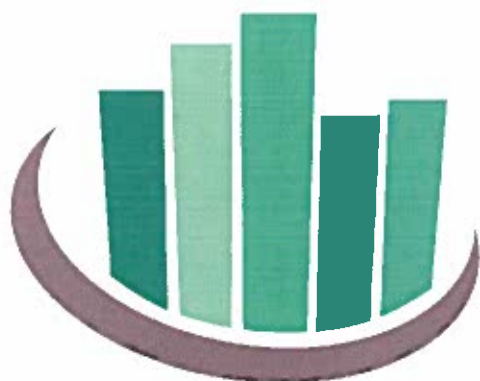
Todos querem mais e melhor COMUNICAÇÃO, mais e melhor PARTICIPAÇÃO.



CATOLICA

**CESOP • CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO**

Territórios Autarquias SUSTENTÁVEIS



**Cultura de cidadania,
de participação ativa e
de responsabilidade partilhada**



O que nos propomos fazer

- ✓ Criar um observatório do conhecimento, envolvimento e participação das pessoas nas medidas de sustentabilidade implementadas no terreno;
- ✓ Desenvolver um índice de sustentabilidade baseado em métricas objetivas do cumprimento das metas que concretizam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030, integrando as opiniões, atitudes e comportamentos dos cidadãos;
- ✓ Desenvolver uma plataforma digital, promotora da interatividade entre as diversas partes interessadas das comunidades locais (Líderes, Cidadãos e Investigadores);
- ✓ Formar um grupo piloto de autarquias (municípios e freguesias) que permita, em contexto controlado, desenvolver e testar a infraestrutura que será disponibilizada para todos na segunda fase do projeto;
- ✓ Criar um Sistema de Monitorização Territorial, de funcionamento em rede (serviço partilhado), onde cada comunidade possa aferir os seus resultados e compará-los com outros e com a média nacional/local de comunidades aderentes;
- ✓ Apoiar a implementação da CAF (Estrutura Comum de Avaliação) em cada uma das autarquias aderentes.



CESOP
LOCAL

Laboratório-vivo das dinâmicas sociais

Rede de autarquias-piloto

“Ferramentas” de implementação



Considerando que a qualidade da governança se constitui como fator determinante para o êxito ou fracasso do desenvolvimento local, determinam-se dois eixos de atuação:

Territórios Sustentáveis: com o objetivo de criar um observatório do conhecimento, envolvimento e participação das pessoas nas medidas da sustentabilidade implementadas no terreno e comparar, de forma fiável, a satisfação e qualidade de vida entre territórios administrativos.

Organizações Sustentáveis: para introduzir uma cultura de excelência e dos princípios da Gestão da Qualidade Total, com o objetivo de Avaliar a Autarquia em conformidade com a sua baliza de responsabilidades, ou seja, avaliar a Gestão do território que administra e a defesa dos interesses da população que representa.

A **CAF (Estrutura Comum de Avaliação)** foi desenvolvida ao nível da União Europeia, para apoiar as organizações públicas a iniciarem projetos de mudança, procedendo assim a um diagnóstico da sua organização o que permitirá construir projetos de melhoria. Esta metodologia consiste na relação de causa-efeito entre os meios e os resultados, bem como na informação de retorno das causas sobre os efeitos, ou seja mede o impacto na sociedade.



ODS 2030 (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)
São os 17 objetivos, desdobrados em 169 metas, constantes na Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, aprovada na cimeira da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, e em vigor desde janeiro último. São uma "lista de coisas a fazer em nome dos povos e do planeta", como disse o Secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. Lista de coisas integradas nas dimensões, económica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, assim como nas dimensões transversais da igualdade de género e da governança.

Territórios Sustentáveis

Uma comunidade sustentável é aquela que gere e utiliza os recursos de maneira eficiente, aproveita o potencial de inovação ecológica e social da economia, garante prosperidade, proteção ambiental e coesão social, valoriza os recursos endógenos e a atratividade sem contudo substituir a vontade dos atores nem os valores territoriais.



Como símbolo emblemático dessa notoriedade, tangibilidade e coesão territorial, a Católica-CESOP atribuirá, anualmente, o SELO de território sustentável, após confirmação do preenchimento dos requisitos necessários por parte das autarquias aderentes.

As potenciais mais-valias para cada uma das autarquias são:

COESÃO

maior envolvimento de cidadãos

NOTORIEDADE

do seu território

TANGIBILIDADE

nos propósitos de desenvolvimento

O Sistema de Monitorização Territorial apresenta-se como um processo de mediação e de transferência de conhecimento, com enfoque na conciliação dos interesses comuns, definindo como 'comum' o desenvolvimento local sustentável.

Promove o (re)surgimento de novas dinâmicas de reabilitação urbana, a nível cultural, de lazer e de sociabilidade; possibilita a decisores políticos, residentes, visitantes e investidores, comparar de forma fiável a qualidade da oferta dos serviços nas diferentes comunidades; e promove o alinhamento de objetivos entre autarquia, cidadãos e organizações de uma mesma comunidade.

A Católica-CESOP organiza anualmente um seminário de apresentação do progresso da investigação e atribuição de prémio distintivo à ou às autarquias melhor classificadas no ranking global (nacional).

Enquanto membro fundador e promotor de um processo líder na investigação sobre participação e sustentabilidade nos Territórios, terá como principais benefícios:

- ✓ Ter o seu nome associado como Parceiro Principal em todas as comunicações relacionadas com o projeto;
- ✓ Ter na Página do projeto o destaque de fundador com breve historial e link para o site da AUTARQUIA;
- ✓ Acesso aos resultados do trabalho de investigação-ação, referentes:
 - ao seu território administrativo;
 - aos globais do projeto;
 - para efeitos de comparação, com outras autarquias por si indicadas, de entre as autarquias aderentes.

Autarquias Sustentáveis

A **CAF** (Common Assessment Framework), conhecida em Portugal pela designação de Estrutura Comum de Avaliação, foi desenvolvida ao nível da União Europeia, para apoiar as organizações públicas a iniciarem projetos de mudança, procedendo assim a um diagnóstico da sua organização o que permitirá construir projetos de melhoria.

Avalia a organização simultaneamente por diferentes ângulos e promove uma análise holística do desempenho da Autarquia. Esta metodologia consiste na relação de causa-efeito entre os meios e os resultados, bem como na informação de retorno das causas sobre os efeitos, ou seja mede o impacto na sociedade.

A partir da definição de indicadores de avaliação, promove a auscultação dos cidadãos, colaboradores e restantes partes interessadas e, de acordo com a grelha desenvolvida pela CAF, elabora um diagnóstico e define as ações de melhoria a implementar.

Dos benefícios para as entidades aderentes, para além do reconhecimento público, destacamos:

- ✓ Preparar equipas de autoavaliação, nomeadamente o Desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais;
- ✓ Introduzir os princípios da cultura de excelência e da Gestão da Qualidade Total nas autarquias aderentes.

Cultura de excelência que se traduz:

- ✓ Num maior envolvimento das partes interessadas;
- ✓ No Aumento da eficiência e eficácia dos serviços;
- ✓ Na Poupança de recursos.

Introduzir uma cultura de excelência e dos princípios da Gestão da Qualidade Total, com o objetivo de Avaliar a Autarquia em conformidade com a sua baliza de responsabilidades, ou seja, avaliar a Gestão do território que administra e a defesa dos interesses da população que representa.

Deste trabalho irá resultar a construção do
Manual CAF-Autarquias

O Manual CAF-Autarquias é um projeto conjunto entre o CESOP-Local, o SCOPE (Centro de Estudos para o Desenvolvimento Organizacional da Associação Portuguesa da Qualidade) e Autarquias aderentes. Tem como objetivo submeter ao reconhecimento do Comité de excelência da EFQM (Fundação Europeia para a Gestão da Qualidade) e do EIPA (Instituto Europeu da Administração Pública).

O trabalho de investigação-ação tem como propósito definir Critérios e Indicadores de avaliação adequados às características específicas das Autarquias.



Universidade Católica Portuguesa



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA A QUALIDADE



RECONHECIMENTO PÚBLICO

Simplificar e clarificar os processos públicos de planeamento, decisão e execução.



A referência central desta parceria é a “Carta de Princípios”, onde sobressai a cultura de cidadania, de participação ativa e de responsabilidade partilhada, conforme as orientações constantes da Agenda 2030 para o desenvolvimento Sustentável

Carta de princípios

1. Paradigma sustentável
2. Implementar Agenda2030
3. Cultura de cidadania
4. Decisão partilhada
5. Responsabilidade Social
6. Solidariedade
7. Proximidade
8. Ecologia
9. Recursos endógenos
10. Inovação

BENEFÍCIOS (mais relevantes)

- ✓ Fundador do projeto
- ✓ Imagem de comunicação
- ✓ Destaque de fundador
- ✓ Ações Locais
- ✓ Informação privilegiada
- ✓ Descontos em formação CESOP
- ✓ Fundador CAF-Autarquias

A metodologia (laboratório vivo das dinâmicas sociais) permitirá potenciar a implementação da cultura da Qualidade na administração local e alcançar o designio do Desenvolvimento Local Sustentável em territórios administrativos.

Parceria a implementar através de protocolo de cooperação, a assumir pela CATÓLICA-CESOP e pelo Grupo de Autarquias aderentes.

CESOP-Local:

- Desenvolvimento de ferramenta de auscultação dos cidadãos;
- Elaboração de relatório estatístico e interpretativo com base nos resultados disponibilizados pela autarquia;
- Disponibilização de acesso aos relatórios pela parte de cada uma das autarquias aderentes;
- Formação às equipas de coordenação de cada autarquia aderente.

Autarquia:

- Criar condições de implantação das iniciativas a desenvolver;
- Disponibilizar listagem contactos de organizações da sociedade civil com sede na autarquia;
- Nomear representantes (3) para constituir grupo coordenador;
- Quota mensal por cada autarquia:
 - ✓ Município = 410,00€/mês;
 - ✓ Freguesia = 290,00€/mês



MANUAL CAF- AUTARQUIAS



CATOLICA

CESOP - CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAgens DE OPINIÃO

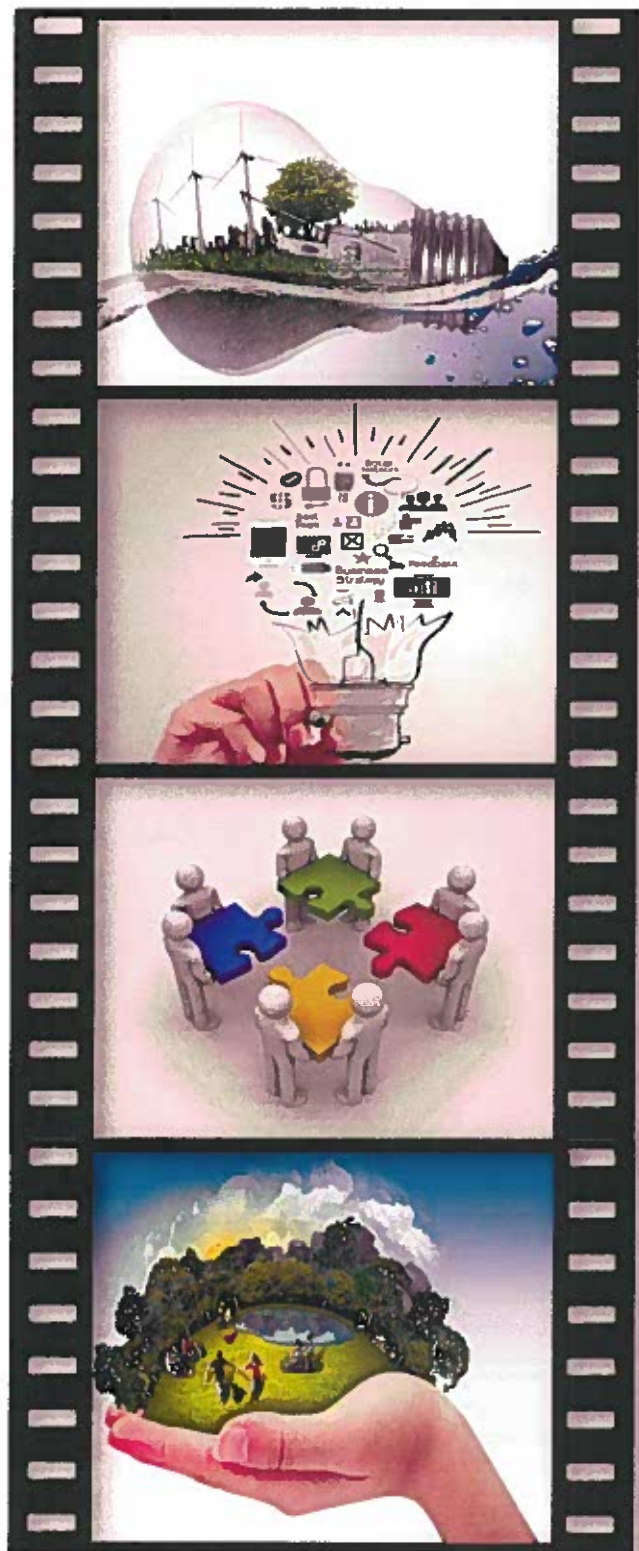


Rede de Autarquias-piloto

Possibilidade de criar novas linhas de investigação:

São exemplo dessa possível colaboração em cada um dos territórios administrativos:

- ✓ Distinguir entidades (através do modelo auscultação) pela sua relevância no território na perspectiva do cidadão :
 - ✓ Escolas;
 - ✓ Bombeiros;
 - ✓ Coletividades;
 - ✓ Empresas;
 - ✓ ...
- ✓ Distinguir equipamentos públicos, determinando ou pelo custo-eficiência da sua utilização ou pela avaliação de programas de atividades desenvolvidas, também através da auscultação do cidadão:
 - ✓ Biblioteca;
 - ✓ Museu;
 - ✓ Parque urbano;
 - ✓ Mercado;
 - ✓ ...
- ✓ Implementar o processo de autoavaliação CAF em:
 - ✓ Serviços municipais ou municipalizados;
 - ✓ Agrupamentos-Escola;
 - ✓ ...



CESOP
LOCAL



CATÓLICA
CESOP - CENTRO DE ESTUDOS
E SONDAGENS DE OPINIÃO

Estudar, compreender e explicar as atitudes e comportamentos dos portugueses.

**Territórios
Autarquias**

SUSTENTÁVEIS



CESOP
LOCAL

Cultura de cidadania,
de participação ativa e
de responsabilidade partilhada

A CATÓLICA-CESOP assume a coordenação geral e científica e assegura:

- ✓ Grupo de média-partners para a divulgação regular do projeto;
- ✓ Ações de formação e de sensibilização dirigidas a eleitos, funcionários autárquicos e cidadãos, através de ferramentas de interatividade e de partilha de informação;
- ✓ Organização de workshops para sensibilizar e explicar como utilizar as ferramentas do projeto, metodologias de recolha de informação e estratégias de desenvolvimento;
- ✓ Plataforma Digital para partilha de informação, de forma a capitalizar conhecimento, reputação e acrescentar valor às decisões e orientações estratégicas dos Governos Locais.

Fóruns Locais: Sendo uma iniciativa local, a CATÓLICA-CESOP estará disponível para organizar os conteúdos e o plano de formação, bem como, facilitar o contacto com investigadores para participar, enquanto oradores-especialistas, nos fóruns locais, desde que previamente solicitados por cada uma das autarquias aderentes.

A competência para avaliar o desempenho e os resultados, bem como apresentar propostas corretivas, tendo em linha de conta os propósitos do projeto, é do Conselho Consultivo, do Grupo de Autarquias-Piloto e da Católica-CESOP.



MANUAL CAF- AUTARQUIAS



Para mais informações, por favor não hesite em contactar-nos

Universidade Católica Portuguesa
CESOP – Centro de Estudos e Sondagem de Opinião
Palma de Cima
1649-023 Lisboa

Secretariado:

Tel.: 217 214 040

Horário de atendimento: 9:00 às 13:00 ; 14:00 às 18:00

cesop@cesop.lisboa.ucp.pt

www.cesop.lisboa.ucp.pt



CESOP
LOCAL

Rede de autarquias-piloto

Laboratório-vivo das dinâmicas sociais